



Comité das Regiões Europeu

COTER

©Betráislavský samosprávny kraj



O futuro da política de coesão

A política de coesão melhora a qualidade de vida de todos

A política de coesão ajuda os cidadãos e os territórios de toda a Europa a construir um futuro melhor, no qual ninguém nem nenhum território é deixado para trás. Para estar à altura das transições ecológica e digital e responder a outros desafios emergentes, a política de coesão tem de se desenvolver em torno dos conceitos de flexibilidade, previsibilidade, parceria e responsabilização.



O financiamento da política de coesão para 2021-2027 deverá:

Ajudar a criar de 1,3 milhões de postos de trabalho



Apoiar 850 000 empresas

Prestar assistência a, pelo menos, 6,5 milhões de pessoas desempregadas



ajudar a melhorar o desempenho energético de 723 000 habitações

Ligar 3,1 milhões de habitações a uma rede móvel de alta velocidade e a infraestruturas digitais fixas



O que está em causa?

A Europa tem pela frente grandes desafios para garantir que todos os seus cidadãos e territórios beneficiam das mesmas oportunidades para fazer face à transformação estrutural em curso no nosso continente.

Exclusão social

Mais de 32,5 milhões de europeus só dispõem de meios financeiros para fazer uma refeição adequada dia sim dia não.



Um futuro solidário e mais justo para a União Europeia

A coesão económica, social e territorial é um objetivo fundamental da UE. No entanto, as disparidades estão a acentuar-se na Europa, tanto entre cidadãos como entre territórios.

Energia

Cerca de 40 milhões de cidadãos da UE não conseguiram manter as suas casas adequadamente aquecidas em 2022.



Despovoamento rural e transição industrial

Tiveram repercussões diversificadas, com focos de vulnerabilidade um pouco por toda a UE.



“

A política de coesão necessita de ser completamente reformulada, a fim de consolidar o seu papel enquanto principal instrumento de investimento da UE para todas as regiões. O parecer estabelece os princípios basilares para o futuro da política de coesão, a fim de consolidar os seus fundamentos, tornando-a simultaneamente mais ágil e apetrechada para fazer face às necessidades e aos desafios futuros.”

Vasco Alves Cordeiro (PT/PES)

President do Comité das Regiões Europeu
Correlator do parecer

O que advoga o Comité das Regiões Europeu

- A política de coesão demonstrou o seu valor enquanto política de desenvolvimento de base local a longo prazo, centrada na parceria e na governação a vários níveis.
- A política de coesão deve ser reformada, permanecendo o principal instrumento de investimento da UE com vista a assegurar a coesão económica, social e territorial das regiões europeias, para que todas elas possam aplicar as políticas fundamentais da UE em matéria de transição ecológica e digital.
- O papel e a missão da política de coesão após 2027 devem ser reforçados em relação a outras políticas de investimento da UE, centrando-se mais explicitamente na resposta aos principais desafios e vulnerabilidades societais.
- O princípio de «não prejudicar a coesão» deve aplicar-se a todas as políticas da UE, a fim de contribuir para os objetivos de coesão social, económica e territorial.
- A política de coesão deve funcionar sob a égide de um quadro estratégico único que defina o seu âmbito de aplicação e os seus objetivos principais para o período após 2027. O Comité das Regiões Europeu defende a criação de um «pacto de parceria europeu», que abranja igualmente o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural.
- É necessário flexibilizar a reorientação dos fundos, para que os órgãos de poder local e regional possam dar resposta às prioridades emergentes, adaptando assim a política à rápida evolução dos nossos tempos.
- A Comissão deve lançar uma ampla consulta e avaliação das medidas de simplificação adotadas desde a década de 1990, nomeadamente em comparação com modelos de execução alternativos (por exemplo, o Mecanismo de Recuperação e Resiliência).
- As disposições relativas a um Fundo para uma Transição Justa para todas as regiões que enfrentam uma transformação estrutural devem ser integradas no âmbito da política de coesão, a fim de evitar a fragmentação dos fundos e assegurar uma maior simplificação.
- A componente Cooperação Territorial Europeia deve representar pelo menos 8% do montante total do financiamento da política de coesão.



Juntamente com as principais associações europeias de municípios e regiões, o Comité das Regiões é um parceiro fundador da Aliança pela Coesão, a mais ampla coligação da UE cuja missão é afirmar a coesão como valor fundamental da União Europeia e objetivo central de todas as suas políticas e investimentos.



“

A futura política de coesão é a chave para uma Europa melhor. O êxito da futura política de coesão está estreitamente ligado à governação a vários níveis e à gestão partilhada, ao reforço do princípio da parceria e à aplicação do princípio de “não prejudicar a coesão” em todo o orçamento e em todas as políticas da UE.”

Emil Boc (RO/EPP)

Presidente da Comissão COTER e presidente do município de Cluj-Napoca
Correlator do parecer



**Comité das Regiões
Europeu**



Versão eletrónica:
QG-03-23-472-PT-N
978-92-895-3046-0
doi:10.2863/247913

Versão impressa:
QG-03-23-472-PT-C
978-92-895-3040-8
doi:10.2863/095823

O parecer foi adotado em 29 de novembro de 2023 na
reunião plenária do Comité das Regiões Europeu

Correlatores do parecer

Vasco Alves Cordeiro (PT-PSE)

Presidente do Comité das Regiões Europeu

Emil Boc (RO-PPE)

Presidente da Comissão COTER

e presidente do município de Cluj-Napoca

O Comité das Regiões Europeu (CR) é a assembleia da União Europeia de 329 representantes regionais e locais dos 27 Estados-Membros. Os nossos membros são presidentes eleitos de regiões, membros de assembleias regionais, presidentes de município e membros de assembleias locais, responsáveis democraticamente perante mais de 446 milhões de cidadãos europeus.

O objetivo principal do CR consiste em fazer participar os órgãos de poder regional e local e as comunidades que representam no processo decisório da UE e informá-los sobre as políticas da União Europeia. A Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e o Conselho têm de consultar o Comité em domínios de política que digam respeito às regiões e aos municípios. O Comité das Regiões Europeu pode recorrer ao Tribunal de Justiça da União Europeia para garantir o respeito do direito da UE em caso de violação do princípio da subsidiariedade ou desrespeito das competências dos órgãos de poder regional e local.

© União Europeia, 2023



Salvo indicação em contrário, a reutilização do presente documento é autorizada ao abrigo da licença «Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)» da Creative Commons (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>). Tal significa que a reutilização é autorizada desde que seja feita uma menção adequada da origem do documento e que sejam indicadas eventuais alterações.

Para qualquer utilização ou reprodução de elementos que não sejam propriedade da União Europeia, poderá ser necessário obter autorização diretamente junto dos respetivos titulares dos direitos de autor. Se um conteúdo específico incluir obras de terceiros, é necessário salvaguardar o respeito por direitos adicionais. Se for obtida uma autorização, esta anula e substitui a autorização geral acima referida e deve indicar claramente quaisquer restrições aplicáveis à sua utilização.

Editado pela Comissão da Política de Coesão Territorial e Orçamento do Comité das Regiões Europeu

Rue Belliard/Belliardstraat 101 | 1040 Bruxelles/Brussel | BELGIQUE/BELGIË

Tel. +32 22822211 | e-mail: visuals@cor.europa.eu | www.cor.europa.eu

✉ @EU_CoR | [f /european.committee.of.the.regions](https://www.facebook.com/european.committee.of.the.regions) | [in /european-committee-of-the-regions](https://www.linkedin.com/company/european-committee-of-the-regions)

